

POR QUE INÊS É MORTA? A TIRANIA RÉGIA NA TRAGÉDIA CASTRO, DE ANTÔNIO FERREIRA

Karenina do Nascimento Rodrigues*

 <https://orcid.org/0009-0001-2158-2180>

Como citar este artigo: RODRIGUES, K. do N. Por que Inês é morta? A tirania régia na tragédia *Castro*, de Antônio Ferreira. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETLT17965>

Submissão: 6 de maio de 2025. **Aceite:** 18 de agosto de 2025.

Resumo: *Castro* é uma tragédia de Antônio Ferreira (1528-1569), baseada nas crônicas régias sobre o caso amoroso de Dom Pedro I (1320-1367) de Portugal e a galega Dona Inês de Castro (ca.1320-1355). Depois de ser assassinada pelo pai de Pedro, Dom Afonso IV (1291-1357), Inês é tornada rainha e glorificada publicamente. Em contraste com outras obras literárias que incorporam o mesmo tema, procuramos mostrar que na tragédia de Antônio Ferreira, a partir da impressão de 1598, Inês é concebida como vítima desses dois reis medievais tiranos, com base na posição contemplativa do governante e do descontrole das paixões eróticas por parte do infante. A peça termina com uma promessa de vingança que revela erros do passado e deixa uma ferida aberta à posteridade.

Palavras-chave: Tragédia. Inês de Castro. Pedro I. Afonso IV. Portugal.

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, BR. E-mail: ninarodriguesn@gmail.com

INTRODUÇÃO

■ A história de Inês de Castro (ca.1320-1355) e Pedro I (1320-1367) de Portugal é bastante conhecida na área de literatura portuguesa. Escolhemos abordar essa história a partir da peça *Castro*, de Antônio Ferreira (1528-1569), que optou por protagonizar Inês no gênero da tragédia. O autor não conseguiu imprimir a peça em vida, mas ela foi impressa pelo seu filho Miguel Leite Ferreira em 1598, dentro da obra *Poemas lusitanos*. Conhecido como “o Horácio Português”, Antônio Ferreira é considerado um dos maiores poetas renascentistas, destacando-se nos gêneros elegia, epístola, ode e teatro. Vivia das letras e, portanto, não era nobre. Atualmente, sua obra mais conhecida é *Castro*, embora ela não tivesse grande destaque no livro *Poemas lusitanos*. *Castro* segue o modelo clássico, dividido em cinco atos, com a presença de cores. Não está dividida em cenas, como se acostumou a fazê-lo posteriormente.

Nossa leitura da peça baseia-se principalmente nas crônicas régias (Pina, 1653, 1729; Lopes, 1735; Ayala, 1779), cujas narrativas foram responsáveis por tornar a história de Pedro e Inês conhecida postumamente. Mas, além das crônicas, usamos outros costumes letrados em língua portuguesa: o cancioneiro (Resende, 1917) e a épica de Camões (1609). Estabelecer uma relação entre essas obras nos ajuda a pensar a morte da protagonista Inês de Castro de uma forma menos convencional da que se pensou até então a partir dos *topoi* sobre amor proibido e razão de Estado. A ideia de Inês como “vítima dos reis tiranos” é resultado da análise daquilo que dispõe Ferreira em sua tragédia *Castro*. A tirania aqui corresponde ao modelo contemplativo do rei e à funesta volúpia do infante, temas recorrentemente tratados no gênero textual dos espelhos de príncipe (Maquiavel, 1973; Erasmus, 1968).

Dentro de uma configuração patrimonialista-estamental dos Estados no Antigo Regime (Vianna, 2015), Inês é uma personagem ligada à cultura dos enlaces impróprios (casamentos incompatíveis), do amasiamento e da geração de filhos ilegítimos. Isso revelava as ambiguidades do casamento católico, ligado à negociação patriarcal de dote e à busca da estabilidade do corpo político. Além disso, a combinação de linhagem de sangue e virtude deveria ser trabalhada na educação da nobreza, não era inerente ao nascimento. A educação política de Afonso e Pedro é posta em xeque na tragédia quando tais personagens dão mostras de ineficácia da onisciência, fidelidade e justiça régias, passando longe do ideal de príncipe cristão.

CASTRO E SEUS CARRASCOS

Encontramos duas versões póstumas de Antônio Ferreira da tragédia *Castro*, da mesma data e do mesmo impressor. Uma das versões é avulsa e tem frontispício. Embora esteja sem os paratextos introdutórios da autorização de impressão, o frontispício sugere que a tragédia circulou à parte. A outra versão faz parte de uma obra maior, chamada *Poemas lusitanos*, compilada por Miguel Leite Ferreira, filho de Antônio Ferreira. Miguel Leite Ferreira informa que seu pai quis imprimir tal livro há 40 anos. Antônio Ferreira tentou imprimir o livro no período em que Portugal passou pelo governo de Dom João III (1502-1557, reinado: 1521-1557), pelas regências de Catarina da Áustria (1507-1578, regência:

1557-1562) e Henrique de Portugal (1512-1580, regência: 1562-1568), e pela assunção de Dom Sebastião (1554-1578, reinado: 1568-1578).

Após a morte de Antônio Ferreira, Portugal foi reinado ainda por Henrique I (1578-1580). Porém, o livro só conseguiu ser impresso no reinado de Felipe I de Portugal (1580-1598), a quem Miguel Leite Ferreira dedica a obra. Foi o período da União Ibérica (1580-1640). Felipe I faz parte da descendência de Dom Pedro I (1320-1367, reinado: 1357-1367) e Inês de Castro (ca.1320-1355), a partir da filha deles, Beatriz de Portugal (ca.1347-1381). Embora espanhol, Felipe teria dado incentivo à língua portuguesa, e prova disso seria a licença que Miguel Leite Ferreira recebeu para imprimir a obra de seu pai *Poemas lusitanos*, algo que não conseguiu nos reinados anteriores.

Poemas lusitanos contém vários gêneros de textos: sonetos, odes, elegias, églogas, cartas etc. Na organização do livro, a tragédia *Castro* está localizada depois dos epitáfios de *Poemas lusitanos*. Após a tragédia, há uma elegia sobre a morte de Antônio Ferreira. Temos, portanto, uma ênfase no tema da morte no próprio cânone de leitura proposto pelo filho.

Neste artigo, iremos abordar o tema da morte de Inês de Castro na tragédia *Castro* como espelho das tiranias de Dom Afonso IV (1291-1357, reinado: 1325-1357) e de seu filho, o infante Pedro I de Portugal. Assim, consideramos que a morte de Inês é encenada como resultado da posição contemplativa e do descontrole das paixões humanas do governante, elementos que o alienam do conhecimento prático dos assuntos da corte. Se a morte de Inês é um sacrifício para salvar o reino, também limpa os pecados dos reis, pois a personagem não é considerada culpada, mas vítima desses pecados. Como cordeiro de Deus, Inês possui afinidade com Jesus Cristo, sendo posteriormente glorificada (Brandão, 1980).

A história do infante Pedro I e da galega Dona Inês de Castro ficou mais popularmente conhecida como um romance proibido entre dois jovens amantes apaixonados, à *la Romeu e Julieta* em sua tradição romântica. Porém, não há diálogos diretos entre Pedro e Inês na tragédia de Antônio Ferreira. São lamentos que cortam qualquer clima de romance, mesmo no princípio alegre da tragédia, em que a empolgação de Inês de Castro sob o sol do dia é entrecortada pelos conselhos prudentiais e divinatórios de sua ama (o público sabia que o choro de alegria de Inês se converteria em choro de tristeza):

A. *Novos extremos vejo.*

Nas palavras prazer, agoa nos olhos.

Quem te faz juntamente leda, e triste?

C. *Triste não pode estar, quem ves alegre.*

A. *Mistura às vezes a fortuna tudo.*

C. *Riso, prazer, brandura n'alma tenho.*

A. *Lagrymas sinaes são da mã fortuna.*

C. *Tambem da boa fortuna companheiras.*

A. *A dor são naturaes. C. E ao prazer doces.*

A. *Que força de prazer tas traz aos olhos?* (Ferreira, 1598b, p. 206).

A tese que concebe a morte de Inês como fim necessário à razão de Estado a torna um mal a ser combatido em prol da independência de Portugal, já que seus irmãos, Dom Fernando de Castro e Dom Álvaro Pires de Castro, poderiam matar o filho legítimo de Dom Pedro I com Dona Constança Manuel de Vilhena

(ca.1316-1349) para favorecer seus sobrinhos, Dom João (ca.1346-1352) e Dom Dinis (ca.1354-1403), e o poder de Castela. Nas crônicas sobre Dom Pedro I (Lopes, 1735, p. 456-460), essa preocupação é demonstrada por Afonso IV. E Pedro não teria declarado ao pai sua relação com Inês devido à vergonha de sua bastardia. Em uma perspectiva de política de linhagem estamental, haveria grande desigualdade entre os jovens.

Nas crônicas sobre Dom Afonso IV (Pina, 1653, p. 194), acrescenta-se que a ameaça de Castela era uma preocupação do próprio Dom Pedro, que guarda segredo sobre Inês para proteger o filho legítimo Dom Fernando dos poderes da Casa de Castro. Pedro era ainda jovem quando viuvo de Constança Manuel de Vilhena, mas se recusou a se casar novamente, mesmo com a pressão do pai. Inês só foi coroada postumamente, e depois da morte de Afonso. O fato de Pedro não ter se casado em segundas núpcias reforça a ideia de que ele se casou em segredo com Inês, em vida, antes de coroá-la. As Crônicas de Ayala (1779, p. 310-311) contam que Pedro era tão apaixonado por ela que dizia a seus privados que era sua esposa. Ele não teria assumido o casamento por medo de seu pai, já que Inês não era filha de rei, mas filha bastarda de um nobre de Galícia.

Com exceção dessa última, as crônicas de certa forma reforçam a visão segundo a qual Inês seria “entreguista”, ou seja, aliada ao reino de Castela, o que lhe daria poderes para ter influenciado Pedro e a política entre Portugal e Castela. Tal perspectiva, além de partir de uma tradição pró-independência de Portugal, com o estabelecimento da Casa de Avis (1385-1580), é contraditória em relação à heroína. Dar razão aos conselheiros como se estivessem agindo em prol da razão de Estado é uma forma de justificar a morte de Inês e defender a injustiça régia. De acordo com essa leitura (Álvarez Sellers, 1998, p. 81-84; Kreischer, 2015, p. 48), a vítima torna-se culpada. Porém, não há ambiguidade em torno da inocência de Inês. E se Inês é inocente, como teria infringido a ordem? Seu martírio teria relação com os erros de quem? Se a morte da personagem foi em prol da razão de Estado, por que a ação seria bárbara?

O animal sugere a monstruosidade de uma ação tirânica – “Que duros Getas, mas que Liões, que Ussos/Não amansâra tam fermoso rosto?” (Ferreira, 1598b, p. 232) –, mais feroz que a própria fera, segundo a épica de Camões (1609, p. 59): “Poemme onde se use toda a feridade,/Entre Liões & Tygres, & verey/Se nelles achar posso a piedade/Que entre peitos humanos não achey [...]”. Na tragédia, Inês chega a ter um sonho premonitório, em que é morta por feras em lugar inóspito e sombrio, prova da animalidade da ação trágica:

*Então sonhei que estando eu so num bosque
Escuro, e triste, de hũa sombra negra
Coberto todo, ouvia ao longe hũs brados
De feras espantosas, cujo medo
M'arrepiaua toda e me impedia
A lingua, e os pes, eu co' alma quasi morta
Sem me mover, meus filhos abraçava.
Nisto hum bravo Lião a mim se vinha
Co acatadura fera, & logo manso
Para tras se tornava: mas em s'indo,
Não sey donde sahiam hũs bravos Lobos,
Que remetendo a mim com suas unhas*

*Os peitos me rasgavam. então alçava
Vozes aos ceos, chamava meu Senhor,
Ouwame, & tardava: & eu morria* (Ferreira, 1598b, p. 221).

Dom Afonso IV mostra piedade, reconhece a injustiça e se arrepende: “Afrontase minh’alma. ô quem poderá/Desfazer o que he feito!” (Ferreira, 1598b, p. 231). Como é costume destacar no gênero textual espelho de príncipe, um rei não deveria se deixar levar pela ira do povo, tampouco por maus conselheiros, cujo conselho era: “O bem comum, Senhor, tem taes larguezas/Com que justifica obras duvidosas” (Ferreira, 1598b, p. 216). Afonso IV configura um rei medieval velho e tirano, pois confia e delega a tais conselheiros a decisão acerca de matérias do Estado, autorizando a morte de Inês na frente dos netos ainda pequenos.

Segundo o conselho, uma ação cruel que fere a consciência particular seria válida se beneficiasse o bem comum. É um modelo de instrução mais próximo do espelho de príncipe de Maquiavel (1973). Porém, a tragédia, como gênero que ensina a vida da qual se deve fugir, estabelece uma relação mais estreita com o humanismo renascentista do espelho de príncipe erasmiano (Erasmus, 1968), o qual defende a correspondência entre as virtudes cristãs da pessoa particular e sua prática política. Como a corte é cheia de aduladores, difamações e perigos, era papel de Afonso evitá-los, em vez de deixar desvirtuarem sua consciência. Assim, ele demonstra não ter bom discernimento para lidar com os perigos dos interesses de quem o serve na corte. Os conselheiros aproveitam a ocasião da desobediência de Pedro, não contida pelo pai, para instigar a guerra, e não a paz.

Repetir a opinião desses conselheiros, como se a morte de Inês fosse em benefício do Estado, significa escolher justamente a opinião que o escritor da tragédia questiona. Não vemos a morte de Inês resolver as desavenças entre pai e filho, nem pai restabelecendo o controle sobre seus súditos, pois a tragédia termina em promessa de vingança. Pedro segue o exemplo do pai Afonso, que entrou em guerra contra Dom Dinis I (1261-1325, reinado: 1279-1325), seu pai. A dificuldade do rei em governar também é demonstrada quando usa o *tópos* virgiliano bucólico da vida rústica para afirmar seu receio dos conselheiros e seu desejo ambíguo de não ter reino. Não saber escolher os próprios conselheiros é mais um sintoma de sua posição contemplativa:

*O vida felicissima, a que vive
O pobre lavrador sò no seu campo,
Seguro da fortuna, & descansado,
Livre destes desastres, que câ reynam!
Ninguém menos he Rey, que quem t Reyno.
Ah que não he isto estado, he cativoiro
De muitos desejado, mas mal crido.
Húa servidão pomposa, hum grã trabalho
Escondido sob nome de descanso.
Aquelle he Rey sòmente, que assi vivo
(Inda que câ seu nome nunca s’ouça)
Que de medo, & desejo, & d’esperança
Livre passa seus dias. O bons dias!
Com que eu todos meus annos tam cansados
Trocara alegremente. Temo os homs,
Com outros dissimulo; outros não posso*

*Castigar, ou não ousa. Hum Rey não ousa.
 Também teme seu povo: também sofre.
 Também suspira, & geme, & dissimula.
 Não sou Rey, sou cativo: & tam cativo
 Como quem nunca tem vontade livre.
 Salvome no conselho dos que creio,
 Que me serão leaes: isto me salve,
 Senhor, contigo: ou tu me mostra cedo
 Remedio mais seguro, com que viva
 Conforme a este alto estado, que me dêste
 E me livra algum tempo antes que moura,
 De tanta obrigaçam, pera que possa
 Conhecer me melhor, & a ti voar
 Com mais ligeiras asas do que pode
 Hũa alma carregada de tal peso* (Ferreira, 1598b, p. 218-219).

O rei sabia que sua atitude seria bárbara, antes de praticá-la: “antes não tem/Licença pera mais, que quanto pede/A razaõ, & justiça: a mais licença/He barbara crueza de infieis” (Ferreira, 1598b, p. 217). Depois de ter sugerido, sem efeito, colocá-la no mosteiro ou desterrá-la, o rei busca isentar-se: “Eu não mando, nem vedo. Deos o julgue./Vos outros o fazei, se vos parece/Justiça, assi matar quem não tem culpa” (Ferreira, 1598b, p. 230). Assim, temos um rei contemplativo que se alienou dos assuntos de *res publica* e não atendeu ao pedido de uma suplicante. O rei se mostrou incompetente para controlar o desregramento de Pedro e transformou o desvario amoroso do filho em força bélica. No final, Pedro promete vingança – “Não m’es pay, não sou filho, imigo sou” (Ferreira, 1598b, p. 235) – e promete tornar Inês rainha, o que acontecerá, fora de cena, após a morte de Afonso. A morte da personagem não solucionou a questão sucessória, não fez Pedro se casar de novo após a morte de sua esposa Constança nem evitou a coroação de Inês.

Dom Fernando I (1345-1383, reinado: 1367-1383), filho de Pedro e Constança, assumiu o poder depois da morte do pai. Os filhos de Pedro e Inês não parecem ter ameaçado suficientemente Fernando, que foi sucedido por Dom João I (1357-1433, reinado: 1385-1433), filho ilegítimo de Pedro com a dama Teresa Lourenço. Logo, fica a dúvida se Inês representava tanto risco a Portugal a ponto de ser assassinada. De qualquer forma, na cultura letrada de corte, em diferentes gêneros de obras (Lopes, 1735; Resende, 1917; Camões, 1609), quanto mais atributos de natureza elogiosa recebe Inês – a protagonista recatada, honesta, comedida, formosa, virtuosa –, mais destaque tem a injustiça régia cometida contra ela. Antônio Ferreira opta pelo estilo elevado da tragédia, emulando o modelo clássico, cujo final apresenta este paradoxo em torno da personagem: por que punida se inocente?

A conspiração de corte, tema clássico da tragédia, se dá por meio do rei Afonso e de seus conselheiros, traidores da confiança de Pedro. Em *Castro*, Pedro se surpreende com a tragédia de Inês, pois não acreditava que seu pai consentisse essa crueldade. Embora tenha aparentado ingenuidade, Pedro sabia que era culpado: “Eu te matey, senhora, eu te matey” (Ferreira, 1598b, p. 235). Seu secretário já o advertia sobre o cerne de seu erro: colocar as paixões particulares (corpo físico particular corruptível), acima do bem comum, isto é, o corpo político

de *privatae leges* (Vianna, 2015, p. 45-69), deixando-se dominar por uma mulher. Pedro não ouve os conselhos do secretário, induz-no a lágrimas e o transforma na camoniana “Fonte das lágrimas”: “Eu choro de assi ver hua molher fraca/Mais forte contra ti, que quantas forças/De Deos, do mundo estão por ti tirando” (Ferreira, 1598b, p. 212). É um *tópos* similar ao modelo mitopoético Hércules e Ônfale, exemplo de “funesta volúpia” (Vianna, 2024, p. 35). O esforço vão de Hércules pelas maçãs das Hespérides é abordado pelo coro da tragédia: “Quem a ferrada maça/Ao grande Alcides toma?” (Ferreira, 1598b, p. 214).

Pedro é caracterizado como mau exemplo de príncipe, sujeito à baixeza, cego tirano, vicioso, infame, cômico, desobediente, fraco, irado, inflexível, destruído pelo fogo da paixão autodestrutiva (Ferreira, 1598b, p. 209-215), com “Castro na boca, Castro n’alma, Castro/Em toda parte tem ante si presente” (Ferreira, 1598b, p. 207). Nos diálogos com seus servidores (a ama de Inês e o secretário de Pedro), temos a medida dessa mocidade cega. Pedro assume a culpa implorando a Deus compaixão:

*Fortalece meu peito, armame todo
De paciencia igual à dura afronta.
Sossega os alvoroços deste povo,
A furia de meu pay, que em vão trabalha
Arrancarme minh’alma donde vive.
Sou humano, Senhor: tentações grandes
Vencem animos fortes* (Ferreira, 1598b, p. 207).

Um soberano deveria estar investido da sacralidade e legitimidade do cargo régio, devendo conservar o bom governo de si e da *res publica*. Como Pedro poderia ser adequado ao cargo se suas ações são consideradas odiosas por seus súditos? O que esperar de um infante que coloca seus gostos e pendores pessoais acima da posição que ocupa? As respostas podem ser encontradas na prudência de seu secretário, que tenta em vão abrir seus olhos: “Abatereste assi de Principe alto/A pensamentos baixos, que s’estranham/Nos homs baixos, parecer te pode/Grandeza de ti digna? & do que deves/A este estado tam alto, que te espera?” (Ferreira, 1598b, p. 210).

O amor de Pedro seria tão sujo que foi comparado a fezes no aconselhamento do secretário sobre como o infante deveria ser e não é: “Sprito a de ser puro: hum ouro limpo,/Sem fezes, & sem liga: exemplo claro/De fortaleza, mansidão, & justiça” (Ferreira, 1598b, p. 213). Há dois coros no trecho seguinte ao diálogo que confirmam as divergências anteriores entre Pedro e seu secretário. O primeiro coro joga com a perspectiva de coroação de Inês segundo a vontade de Pedro, desencadeada pela luxúria; o segundo traduz o que isso significaria no governo do Estado: tirania (Ferreira, 1598b, p. 213-215).

Para os súditos estarem contra Pedro, já tinha vindo a público a recusa do infante em se casar com uma mulher estamentalmente compatível, devido à pretensão de oficializar o matrimônio com Inês:

*Aquelle claro sangue, aquelle nome
Heroico, tam alto & em todo o mundo
Honrado & conhecido dos Reys grandes,
De cujo tronco vens, não fica escuro
Misturado com outro diferente*

*Dos que foram nascidos, & criados
 Pera humildes sofrerem teu Real jugo,
 Obedecendo ao Imperio, & aos acenos?
 Depois disto não ves o grã desprezo,
 Em que seràs aos teus? o grã perigo
 Em que pos este Reyno, co a soberba
 De poucos, que ergues tanto, & tanto podem
 Com teu favor, que mostram já desprezo
 A quem devem mostrar a catamento?
 Que cousa mais destrue o Rey, & Reyno?
 Que cousa cria mor desprezo, & odio
 Que velo sogeitarse a cousas baixas?
 Que velo ser mandado de seus vicios?
 Com que rosto, Senhor, daràs castigo
 Aos que assi cometerem, o que cometes?
 Como conservarás a obediencia
 Sancta devida aos paes, pois tu a negas
 Aos teus no que te pedem justamente?
 Memoria deixaràs de mau exemplo
 A teus filhos: daràs licença larga
 A Reys, que isto souberem: ao mundo causa
 D'escurecer teu nome pera sempre.
 De hum mal ve quantos males nascem logo:
 Todos sobre ti caem: Senhor vete.
 Conhece-te melhor: entra em ti mesmo.
 Veràs então o porque te importunam,
 O que te pede el Rey, o que teu povo (Ferreira, 1598b, p. 211).*

Pedro defende a virtude e o sangue real de Inês, que espera ser coroada. O próprio nascimento de Inês é fruto de uma relação extraconjugal estamentalmente incompatível que lhe permitiu ter sangue nobre. Mas Pedro não a deixou em segurança, subestimando as forças opositoras de seu pai. O infante a deixa desamparada, não a salva, e ela morre sem ter quem a defenda. Fernão Lopes (1735, p. 461-464) escreve que Pedro chegou a zombar dos conselhos que visavam proteger Inês. É apenas por intermédio de seu mensageiro que ele passa a acreditar na ameaça, mas era tarde demais. Logo, há uma inversão de gênero e estamento, pois se trata de uma mulher jovem virtuosa da baixa nobreza que paga pelos erros de nobres principescos. Ambos, independentemente da idade, herdaram os vícios de seus antepassados. A paixão de Inês a transformará em vítima de Pedro e Afonso.

O fim trágico de Inês está ligado às disputas entre a Casa de Castro (influyente em Castela) e a Casa portuguesa de Borgonha. Afonso demonstrou que a autoridade patriarcal da Casa de Borgonha estava fragilizada, pois seu filho o desafiava e a solução da contenda foi posta nas mãos de súditos arrogantes. Inês é facilmente encontrada, e não foge, porque sabe que morrerá inocente. Afonso não atende aos pedidos de clemência de Inês, mesmo sabendo que, como súdita, seria difícil para ela justificar qualquer negativa à demanda régia de Dom Pedro: “o Iffante a toma./Que ley ha, que acondene, ou que justiça?” (Ferreira, 1598b, p. 216). É o mesmo argumento usado por Inês para confrontar Afonso:

*Perguntate a ti mesmo o que me fazes.
 A causa, que te move a tal rigor.
 Dou tua consciência em minha prova.
 S'os olhos de teu filho s'enganaram
 Com o que viram em mim, que culpa tenho?
 Pagueilhe aquelle amor com outro amor,
 Fraqueza costumada em todo estado.
 Se contra Deos pequei, contra ti não.
 Não soube defenderme, deime toda.
 Não a imigos teus, não a traydores,
 A que algus teus segredos descobrisse
 Confiados a mim, mas a teu filho
 Principe deste Reyno. Ve que forças
 Podia eu ter contra tamanhas forças.
 Não cuidava, senhor, que t'ofendia (Ferreira, 1598b, p. 228).*

Inês não se mostra envolvida nas querelas entre as Casas adversárias, mas apenas vítima da paixão carnal do infante. Embora vigorasse na época a preocupação com a fidelidade conjugal, a pressão e o controle social da castidade recaíam sobre o corpo feminino. Então, Inês expunha a prática recorrente do adultério e do amasiamento nas hierarquias estamentais que orbitam uma corte régia. É essa mesma banalização que tornava socialmente tolerado o meretrício régio de súditas virtuosas socialmente vulneráveis. Escandalosa não era a infidelidade de Pedro, mas tornar rainha uma bastarda. Inês era filha do nobre galego Pedro Fernandes de Castro (ca.1290-1343), e de Aldonça Lourenço de Valadares (ca.1280-1360), de Portugal, inferior a ele em posição estamental. Por parte de pai, Inês era bisneta ilegítima de Dom Sancho IV de Castela (1258-1295, reinado: 1284-1295), pai de Dona Beatriz de Castela (1293-1359), que era mãe de Dom Pedro, futuro rei de Portugal. Inês era, portanto, prima em terceiro grau de Dom Pedro. Por sua vez, o casal Constança Manuel e Pedro I eram bisnetos de Pedro III de Aragão (1239-1285, reinado: 1276-1285).

O caso de Inês é similar ao de Dona Maria de Padilha (1334-1361), tornada rainha após sua morte, pelo amante Dom Pedro I de Castela (1334-1369), sobrinho de Dom Pedro I de Portugal (a propósito, epitetado o Justiceiro). Teria sido Pedro de Castela que ajudou Pedro de Portugal a se vingar dos conselheiros de Afonso, a partir de uma troca de refugiados políticos entre seus reinos. As duas amantes tornaram-se mais conhecidas do que as respectivas esposas dos reis, mas Pedro I de Castela não teve filhos com sua primeira esposa Dona Blanca de Bourbon (1339-1361). E diferentemente de Inês, Padilha não morreu de forma trágica, mas teve seu nome associado ao meretrício régio (Rodrigues, 2023, p. 189, 2024; Vianna, 2022). O rei Felipe I em Portugal (1580-1598) e Felipe II na Espanha (1556-1598), para quem foi dirigida a obra em que consta *Castro*, é descendente das duas linhagens e reinou sob a unificação das Coroas de Portugal e Espanha, depois de uma crise de sucessão.

Dom Afonso IV via repetir em seu filho Dom Pedro I o erro de seu pai Dom Dinis I, com quem entrou em guerra civil para combater a ascensão de seu meio-irmão bastardo Dom Afonso Sanches (ca.1289-1329). Não há provas de que Afonso teve filhos bastardos, ao contrário de seu pai Dinis, que teve várias amantes. Diz-se que a mãe de Afonso, Isabel de Aragão (1271-1336), tornada

santa, não criou resistência à criação na corte dos filhos bastardos do rei (Pina, 1729, p. 15). Segundo as crônicas (Pina, 1653, p. 186), por sua vez, Constança Manuel de Vilhena, esposa de Pedro, tornou Inês madrinha do filho Luís, para tentar evitar a relação do marido com ela.

Em *Castro*, Inês diz que a decisão de a tornar madrinha do filho primogênito de Pedro e Constança estava a cargo de Afonso: “el Rey ao neto/Por madrinha me dà, comadre ao filho” (Ferreira, 1598b, p. 207). Naquele momento, a relação de Pedro e Inês poderia se tornar incestuosa. Essa circunstância é traduzida pela ama de Inês: “Cegos, que quanto mais vedam, mais chamã./Cresce co a força Amor. & e o que ã vontade/Se faz mais impossivel, mais deseja” (Ferreira, 1598b, p. 207). Mas Luís, o afilhado de Inês, morre pouco tempo depois do nascimento, em 1344. O fato é que Constança e Afonso teriam conhecimento dos amores de Pedro.

A existência de amantes como Inês desmascarava o enredo moralista socialmente hipócrita e supostamente elevado de muitas casadas castas, as quais fingiam não ver as traições de seus maridos, que continuavam seguindo o mau exemplo das vidas desmedidas de seus antepassados. O comentário do coro sobre a postura de Pedro deixa isso claro: “Não he desculpa ao mal, outro mal grande./Quam danoso he no mundo hũ mao exemplo!/Mas não pode assi ser a Razaõ cega,/Que o que repende em outro, em si o aprove./Cada hum levarse deixa da vontade” (Ferreira, 1598b, p. 209). Um erro não justificaria outro erro: “I. S’he erro, como dizes, não ouve outros? S. Ouve, mas todavia fõram erros” (Ferreira, 1598b, p. 213). O mesmo argumento serviria para Afonso, pois o erro de seu filho não justificaria matar uma inocente.

As mulheres ainda corriam risco de morte ao serem contaminadas pelas doenças sexualmente transmissíveis de seus maridos, o que afetava também o parto e a fertilidade. Mas a responsabilidade da geração de filhos, preferencialmente homens, pesava sobre as esposas. Constança morreu no puerpério, em 1349, bem como sua bebê. Não foi possível afastar os amantes Pedro e Inês, que se casaram às escondidas: “Nesta tua maõ te ponho firme, & fixa/Minh’alma; por Iffante te nomeo,/Do meu amor Senhora, & do alto estado,/Que me espera, & teu nome me faz doce” (Ferreira, 1598b, p. 208). Inês é aconselhada pela ama a manter segredo sobre o casamento, o contrário da ação expositiva soberba que Pedro tinha na corte, pois já sabiam de sua relação adúltera e sua paixão descontrolada por Inês.

É curioso que o rei Afonso IV seja tratado de forma tão piedosa nos textos literários (Resende, 1917, p. 361-364; Pina, 1653, p. 196; Camões, 1609, p. 59-60; Lopes, 1735, p. 464-467), posto que em sua vida empírica tenha guerreado quase a vida toda, com o pai, o meio-irmão, o filho. E ainda teria desterrado Inês no castelo de Albuquerque antes de matá-la de vez. Podemos supor que a cultura letrada tentou amenizar sua fama de Bravo, seu epíteto, ou quis confrontar ironicamente os dois modelos de Afonso para evidenciar sua tirania. Mas, mesmo que se jogue a culpa nos conselheiros, é o rei quem os escolhe. Em todo caso, seria importante figurá-lo de modo a evitar problemas com a censura régia. Vejamos o contraste da figura histórica com a fala do personagem dramático, depois de ser convencido por Inês: “õ molher forte!/Vencesteme, abrandasteme. eu te deixo./ Vive, em quanto Deos quer” (Ferreira, 1598b, p. 229).

Mesmo assim, ele autoriza seus conselheiros a matarem Inês (Ferreira, 1598b, p. 230). Ela deixou três filhos de Pedro até o rei Afonso se manifestar e,

quando ele se manifesta, é pela contemplação da tirania. Seria mais adequado se ele tivesse agido preventivamente: “atalhar prestes/O mal em seu começo, antes que empeça” (Ferreira, 1598b, p. 162). Mas Afonso é imprudente, clemente demais, ou severo demais: “Exemplos ts mostrado de clemencia,/Mostra agora, que he bem, severidade” (Ferreira, 1598b, p. 218). O que o incomodou não foi o adultério praticado pelo filho, mas saber que seu filho não se casaria de novo e, portanto, não faria alianças políticas vantajosas para o reino nem o expandiria com o dote de uma princesa. O dote e a posição de nascimento ficavam acima da virtude e compatibilidade do casal, algo questionável nas consequências públicas do poder dinástico, como casamentos escondidos e geração de filhos ilegítimos.

CONCLUSÃO

A obra *Castro*, impressa nos *Poemas lusitanos*, de 1598 (e a contribuição da análise proposta pelo artigo), propõe uma visão sobre Inês de Castro que contrasta com a visão de obras mais canônicas e com a perspectiva romântica do tema que se popularizou. Para tanto, foi importante observar a circunstância de *Castro* na impressão de 1598 em sua retomada da temática Inês e Pedro. O diálogo principal com as crônicas régias é uma tentativa de encontrar uma legibilidade mais próxima da leitura de meados do século XVI em relação aos amores da alta nobreza medieval de Portugal.

A tragédia *Castro*, de Antônio Ferreira, é uma crítica à luxúria e à imprudência dos reis, e um alerta de que essas falhas revelariam tirania, a qual motivou a morte de uma súdita inocente. Inês teve uma punição exemplar não porque foi uma traidora do reino de Portugal nem porque desrespeitou as leis do Estado, mas porque foi alvo do descontrole amoroso de Pedro e da incompetência de Afonso. O papel de Inês foi expurgar os pecados dos reis (e de seus súditos faccionistas), daí seu martírio cristão e sua glorificação póstuma. Pedro e Afonso mostram ser exemplo de inadequação ao cargo régio, algo que poderia ser interessante para a época filipina da União Ibérica. O caso de amor entre Pedro e Inês não foi proibido até ele querer legitimá-la como rainha. Bastarda e inocente, Inês só servia para amante. Essa crítica é dissolvida se aceitamos a sua morte como necessidade da razão de Estado.

Há uma contraposição entre os vícios de Pedro e Afonso (um espelha o outro) e as virtudes de Inês, diferença que exacerba a inocência da personagem. Essa distinção é uma inversão estamental, de idade e de gênero. Inês é jovem e da baixa nobreza. Pedro é jovem e infante. Afonso é velho e rei. Nesse cenário patriarcal, os homens da alta nobreza deveriam dar exemplo de virtude aos seus súditos, e não o contrário. Assim, a injustiça da morte de Inês está nas frágeis autoridades masculinas e soberanas da Coroa portuguesa e, portanto, na sua falha em espelhar o bem comum.

WHY IS INÊS KILLED? ROYAL TYRANNY IN THE ANTÔNIO FERREIRA'S CASTRO TRAGEDY

Abstract: *Castro* is Antônio Ferreira (1528-1569)'s tragedy, based on the royal chronicles about the love affair between Dom Pedro I (1320-1367) from Portugal and the Galician Dona Inês de Castro (ca.1320-1355). After being killed by

Pedro's father, Dom Afonso IV (1291-1357), Inês is made queen and publicly glorified. In contrast to other literary works that incorporate the same theme, we seek to show that in Antônio Ferreira's tragedy, based on the 1598 edition, Inês is conceived as victim of these two tyrannical medieval kings, due to the contemplative position of the ruler and the erotic passions of the prince. The play ends with a promise of revenge that reveals past mistakes and leaves an open wound for posterity.

Keywords: Tragedy. Inês de Castro. Pedro I. Afonso IV. Portugal.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ SELLERS, M. R. La figura del rey en el teatro portugués de los siglos XVI y XVII. In: RUIZ SOLA, A. (coord.). *Actas de las VI y VII Jornadas de Teatro*. Burgos: Universidad de Burgos, 1998. p. 77-94.
- AYALA, D. P. L. de. *Coleccion de las cronicas y memorias de los reyes de Castilla*. Rey Don Pedro. Madrid: Don Antonio de Sancha, 1779.
- BRANDÃO, J. J. L. Amor e morte na "Castro" de Antônio Ferreira. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, v. 3, p. 3-12, 1980.
- CAMÕES, L. de. *Os lusíadas* (de Luis de Camões príncipe da poesia heroica). Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1609.
- ERASMUS, D. *The education of a Christian prince*. New York: W. W. Norton & Company Inc., 1968.
- FERREIRA, A. *Poemas lusitanos*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, Estevão Lopez, 1598a.
- FERREIRA, A. *Castro: tragédia*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1598b.
- KREISCHER, B. C. "O caso triste e digno de memória que do sepulcro os homens desenterra": (re)leituras de Inês de Castro na contemporaneidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LOPES, F. *Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos Reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes Costa, 1735.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).
- PINA, R. de. *Chronica de El-Rey Dom Afonso o quarto do nome, e settimo dos reys de Portugal*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1653.
- PINA, R. de. *Chronica do muito alto e muito esclarecido príncipe Dom Diniz, sexto rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina. Ferreyriana, 1729.
- RESENDE, G. de. *Cancioneiro geral*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917. t. V.
- RODRIGUES, K. do N. *Política e gênero nas comédias de Lope de Vega na Nove-na Parte de 1617*. 2023. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.
- RODRIGUES, K. do N. *La Niña de Plata: a história de Dona Maria de Padilha e Dom Pedro I por Lope de Vega*. *Alea*, v. 26, n. 1, p. 2-15, 2024.

VIANNA, A. M. *Antigo Regime no Brasil: soberania, justiça, defesa, graça e fisco, 1643-1713*. Curitiba: Prismas, 2015.

VIANNA, A. M. Os sagrados femininos da pombagira nas encruzilhadas morfológicas de Maria Padilha. *Afro-Ásia*, n. 66, p. 415-420, 2022.

VIANNA, A. M. Gênero, iconoclastia, riso e Reforma: “Hércules e Ônfale” para além da oficina de Lucas Cranach. In: SCHURSTER, K. *et al.* (org.). *Sonhos não envelhecem: Francisco Carlos Teixeira da Silva e a história do tempo presente no Brasil*. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2024. p. 33-70.